INSTRUÇÃO NORMATIVA № 03/2025 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 DE 01 DE ABRIL 2025 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN

Dispõe sobre os procedimentos de controle, fiscalização e prestação de contas relacionados à concessão de diárias e retribuições pecuniárias no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Indireta e Fundacional, nos termos do Decreto Municipal nº 004, de 29 de janeiro de 2025.

O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 004/2025, que regulamenta a concessão de diárias e retribuições pecuniárias a servidores públicos e colaboradores eventuais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios e rotinas de controle interno com vistas à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º - Do Objeto

Esta Instrução Normativa estabelece os procedimentos e rotinas a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal quanto à concessão, execução e prestação de contas de diárias e retribuições pecuniárias previstas no Decreto Municipal nº 004/2025.

Art. 2º - Da Solicitação de Diárias

§1º Toda solicitação de diária deverá ser realizada por meio do formulário de Requisição e Estimativa de Custo da Concessão (Anexo II do Decreto), devidamente preenchido e assinado pelo solicitante e pelo titular da unidade administrativa.

- §2º A solicitação deverá conter:
- I Nome do beneficiário, matrícula, CPF e cargo/função;
- II Justificativa clara e objetiva do afastamento;
- III Cidade e unidade federativa de destino;
- IV Período de afastamento:
- V Valor unitário e total das diárias, conforme tabela do Anexo I;
- VI Indicação da fonte de recursos;
- VII Data e hora previstas para saída e retorno;
- VIII Meio de transporte utilizado.
- §3º As solicitações que incluam sextas-feiras, sábados, domingos e feriados deverão conter justificativa específica do Secretário da Pasta.
- §4º A solicitação da diária deverá ser encaminhada ao setor competente com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do início do afastamento, salvo em casos excepcionais devidamente justificados.

Art. 3º - Da Concessão

- §1º O ato concessório será formalizado por meio de Portaria, publicada no Diário Oficial da FEMURN.
- §2º O pagamento das diárias deverá ocorrer em até 48 horas antes do início do deslocamento, salvo exceções devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente.

Art. 4º - Da Prestação de Contas

- §1º O beneficiário deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias após o retorno, os seguintes documentos:
- I Relatório de viagem (modelo Anexo III);
- II Documentos que comprovem a realização do deslocamento e o cumprimento do objetivo da missão;
- III Comprovante de cotação de moeda, nos casos de viagem ao exterior.

§2º A não apresentação da prestação de contas implicará a devolução integral dos valores recebidos e impedimento de nova concessão até a regularização.

§3º O controle interno deverá manter arquivados, por pelo menos 5 (cinco) anos, os documentos relativos às concessões e prestações de contas de diárias.

Art. 5º - Da Fiscalização

- §1º Compete à Controladoria Geral do Município:
- I Verificar a regularidade da concessão das diárias;
- II Avaliar a conformidade dos documentos apresentados na prestação de contas;
- III Apurar responsabilidades em caso de irregularidades;
- IV Propor medidas corretivas ou sancionatórias, quando cabíveis.

§2º Verificada a concessão indevida, omissão ou erro no processo, o controle interno notificará a unidade responsável para adoção imediata de providências administrativas, inclusive restituição de valores ao erário.

Art. 6º - Das Responsabilidades

Serão responsabilizados solidariamente:

- I O proponente da concessão indevida;
- II O ordenador da despesa que autorizou o pagamento irregular;
- III O servidor ou agente beneficiado indevidamente.

Art. 7º - Disposições Finais

 $\S1^o$ Os casos omissos serão resolvidos pela Controladoria Geral do Município, ouvidos os setores competentes.

§2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Lajes/RN, 01 de Abril de 2025.

JOSÉ ROMÁRIO DA SILVA ARAÚJO

Controlador Geral do Município

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por: Icaro Lucas Martins **Código Identificador:**3C5E36C7

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 25/06/2025. Edição 3566

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: